

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 56ª Reunião do GT-Mananciais

Grupo de Trabalho:	Mananciais (CT-RN e CT-Rural)
Reunião:	56ª Reunião do GT-Mananciais
Data:	05/11/2021 – 09h às 12h
Local:	<i>Videoconferência (link:) meet.google.com/edh-aetv-jkf</i>
Assunto(s) em discussão:	<i>Nesta reunião, foram apresentadas as propostas de editais da Política de Mananciais PCJ para o ano de 2022, financiados pelas cobranças federal e estadual paulista PCJ. Foi também iniciada a discussão acerca da revisão da Política de Mananciais PCJ.</i>
Pauta:	<ol style="list-style-type: none"><i>1. Abertura (9h): Palavra dos coordenadores</i><i>2. Aprovação da minuta de memória técnica da 55ª Reunião, realizada em 08/10/21;</i><i>3. Informes: Da Coordenação, Secretaria e demais membros do GT-Mananciais;</i><i>4. Aprovação do Calendário de Reuniões 2022/2023;</i><i>5. Política de Mananciais: Editais da Política de Mananciais (Programa I): Análise dos resultados dos Editais 2021 Planejamento dos Editais 2022 (cronograma anual) Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ</i><i>6. Revisão da Política de Mananciais: Planejamento e responsabilidade do subgrupo responsável pela revisão e propostas Pontos de destaque e desafios</i><i>7. Apresentação da Experiência do PCJ com PSA na CT-PA; Possível financiamento pelo FEHIDRO / itens financiáveis? Câmara Técnica de Proteção das Águas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos</i><i>8. Encerramento</i>
Conclusões e Encaminhamentos:	<p><i>A reunião foi iniciada pelos coordenadores do GT-Mananciais, o Sr. Denis Herisson Silva (CDRS/SAA) e Sr. Miguel Madalena Milinski (DAAE Rio Claro), que agradeceram a presença de todos. Quanto ao item 2, o Sr. Denis informou aos presentes sobre o envio da minuta de memória técnica da 55ª Reunião do GT-Mananciais realizada em 08/10/2021, junto com a convocação e abriu a palavra aos presentes para manifestações sobre o conteúdo. A Sra. Luiza Ishikawa (ONG Jaguatibaia) apresentou sugestões de melhoria de redação. Não havendo mais manifestações, submeteu a minuta aos membros, sendo aprovada por unanimidade com as alterações apresentadas. Quanto ao item 3, o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) passou para os informes: a) o Sr. Demarchi informou da realização de apresentação sobre a Política de Mananciais das Bacias PCJ, conjuntamente com a equipe da Assessoria Ambiental da Agência PCJ na Câmara Técnica de Proteção das Águas (CTPA) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) onde está sendo discutida a possibilidade de levar essa política para outros Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) do estado de São Paulo; b) o Sr. Demarchi informou sobre a participação e apoio no “VI Workshop de Águas Subterrâneas” que está abordando o tema recarga de aquíferos, sendo que todos os vídeos estão disponíveis no canal da Agência PCJ no Youtube; c) o Sr. Demarchi informou sobre sua participação em reunião sobre a inclusão da proteção dos mananciais nas políticas tarifárias das empresas de saneamento de modo a poder incluir a proteção do manancial no sistema de tratamento de água e esgoto. Informou que houve a presença de representantes da ARSESP, SIMA e TNC e a</i></p>

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 56ª Reunião do GT-Mananciais

reunião ocorreu em Bragança Paulista/SP. Reforçou também sobre a importância da ação das questões da Assistência Técnica e Extensão Rural para a implementação dessas ações; d) o Sr. Denis informou sobre o lançamento do processo de análise randomizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pela Secretaria de Agricultura de São Paulo e disse que uma capacitação será oferecida para os técnicos da CDRS e informou que tão logo tenha mais informações, disponibilizará para os membros do GT; e) O Sr. Denis informou sobre a importância de ajustes do CAR das propriedades a ser realizado pelos proprietários, principalmente em questões como limites da propriedade e presença de recursos hídricos, que são os itens que mais podem gerar divergências na análise dinamizada; f) o Sr. Miguel Milinski (PM e DAAE Rio Claro) informou sobre o iminente lançamento do Marco Hídrico do Governo Federal, novo diploma legal que pode influenciar bastante a gestão de recursos hídricos em CBHs de domínio da União e no instrumento de outorga de uso dos recursos hídricos. Quanto ao item 4, o Sr. Demarchi apresentou a proposta de calendário das reuniões do GT-Mananciais para os anos 2021 a 2023 apresentando os conflitos de agenda, onde a 57ª Reunião do GT-Mananciais passaria para o dia 08/12/2021 no período da tarde, a 62ª Reunião passaria para o dia 10/06/2022 à tarde, a 68ª Reunião passaria para 02/12/2022 de manhã, a 69ª Reunião passaria para 02/02/2023 de manhã, a 71ª Reunião passaria para 06/04/2023 de manhã e a 75ª Reunião passaria para 14/09/2023 de manhã. Após análise, o Sr. Demarchi colocou as propostas de mudanças em apreciação sendo aprovada por todos. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi convidou a Assessoria Ambiental da Agência PCJ para apresentar a atualização dos editais da Política de Mananciais. A Sra. Marina Barbosa realizou a apresentação “Resultado Edital da Política de Mananciais PCJ 2021 – cobrança federal – Editais da Política de Mananciais PCJ 2022 – cobrança PCJ”. O Sr. Felipe Requena, da Assessoria Ambiental, apresentou o edital de 2021 com seu objeto a ser contratado e os resultados dos municípios classificados: Rio Claro/SP, Cordeirópolis/SP, Santa Gertrudes/SP e Ipeúna/SP, onde todos os inscritos foram classificados e que a Agência PCJ contratará a elaboração dos Projetos Integrados das Propriedades (PIPs) das áreas classificadas. Depois, apresentou as propostas de editais, em processo de elaboração da Política de Mananciais PCJ 2022 com cobrança PCJ federal e estadual paulista. O edital com recursos da cobrança federal será de fluxo contínuo, com protocolo anual sempre no mês de junho ocorrendo até o ano de 2025 e que abordará o Programa I com a contratação dos PIPs das propriedades das áreas priorizadas pelo Plano das Bacias PCJ 2020-2035. A Sra. Bruna Juliani, da equipe da Assessoria Ambiental, apresentou a proposta do edital financiado pela cobrança paulista que abará seleção de empreendimentos para intervenção do Programa II como ações de restauração ecológica, como cercamentos, reflorestamentos e conservação do solo relacionados às ações previstas nos PIPs das áreas de interesse e de ações de implantação de Unidades Coordenadora de Execução (UCE) para monitoramento das ações de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), informando também que esse edital não pode financiar o pagamento do PSA, as ações de incentivo econômico. As ações de incentivo econômico devem ser financiadas pela cobrança federal e um ato convocatório deverá ser lançado em março/2022 para atender determinações da Resolução ANA nº 053/2020 e que deverá ser objeto de apreciação da CT-PL. O edital com recursos da cobrança federal será anual com período de protocolo eletrônico entre 10 de janeiro e 18 de março de 2022. Encerrada as apresentações, a fala foi aberta aos membros e contou com as manifestações dos Srs. Denis Herisson (CDRS), Miguel Milinski (PM e DAAE Rio Claro), Marina Barbosa (Agência

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 56ª Reunião do GT-Mananciais

	<p><i>PCJ), Bruna Juliani (Agência PCJ), Petrus Weel (Cooperativas de Holambra/SP), Francisco Moschini (INEVAT), Roberto Polga (CONIRPI), Claudia Grabher (INEVAT) e João Demarchi (IZ/APTA) em que discutiram sobre a apresentação das minutas no GT-Mananciais, procedimentos de inclusão dos projetos, fonte de financiamento de cada Programa da Política de Mananciais, ações de conservação dos solos, instituições que podem buscar o recurso do PIP, participação dos municípios, situação de alguns municípios já participantes, atuação da Assessoria Ambiental na realização dos PIPs, possibilidade de iniciar projetos intermunicipais, integração do GT-Mananciais e Agência PCJ e, a importância da gestão de projetos nas Políticas de Mananciais PCJ. A Sra. Marina reforçou que da diferença das deliberações e atos convocatórios, quando a proposta for de repasse de recurso, não será mais aprovada uma deliberação, mas um ato convocatório e que os documentos serão encaminhados para apreciação do GT-Mananciais. Quanto ao item 6, o Sr. Demarchi informou que há a demanda de revisar a Política de Mananciais e propôs de algumas pessoas do GT assumirem partes da revisão da política para sugerir melhorias de modo a dividir o trabalho e todos poderem contribuir no processo. O Sr. Demarchi abriu a palavra aos membros, havendo manifestações dos Srs. Denis Herisson (CDRS/SAA), João Demarchi (IZ/APTA), Claudia Grabher (INEVAT) e Miguel Milinski (PM e DAAE Rio Claro), que discutiram questões como gravação dessas reuniões, tempo para devolver a proposta e contribuições do GT-Indicadores e Monitoramento. Após debate, o Sr. Demarchi pediu que as pessoas que tenham interesse em participar do processo se manifestassem para a coordenação. Quanto ao item 7, o Sr. Demarchi informou que na apresentação da Política de Mananciais realizada na Câmara Técnica de Proteção das Águas (CTPA) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), foi discutida a possibilidade de inclusão de pagamento de ações de incentivo econômico com recursos da cobrança estadual. Informou que será elaborada uma proposta a ser apresentada na CT da CRH. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Demarchi deu por encerrada a reunião.</i></p>
Próxima reunião:	57ª Reunião do GT-Mananciais - 03/12/2021, às 9h.
Observações:	<i>Canal da Agência PCJ no Youtube - link Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 354/2021, de 05/03/2021 - link Resolução ANA nº 053/2020 - link</i>
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)

1	Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA)	33	Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires (P.M. de Jundiá)
2	Cláudia Mira Attanasio (APTA Polo Sul)	34	Gabriela Alves Ribeiro (P.M. de Limeira)
3	Tarciani Benedita baia Santos (ASSEMAE)	35	Vitor Oliveira Bragotto (P.M. de Limeira)
4	Myrian Nolandi Costa (ASSEMAE)	36	Damião Aparecido do Couto (P.M. de Toledo)
5	Gustavo Arthur Mechlin Prado (ASSEMAE)	37	Henrique Bellinaso (SAA)
6	Amanda Alves de Lima (ASSEMAE)	38	Denis Herisson da Silva (SAA)
7	Rodrigo Hajjar Francisco (ASSEMAE)	39	Ildo de Sousa Dias (SAAE Indaiatuba)
8	Natália de Freitas Colesanti Perlette (ASSEMAE)	40	Mariza Fernanda da Silva (SABESP)
9	Gladis Meiry Matteo (ASSEMAE)	41	Rodrigo Hajjar Francisco (SANASA)
10	Henrique Bellinaso (CDRS)	42	Gustavo Arthur Mechlin Prado (SANASA)

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 56ª Reunião do GT-Mananciais

11	Denis Herisson da Silva (CDRS)	43	Tarciani Benedita baia Santos (SANASA)
12	Andrea Borges (Consórcio PCJ)	44	Amanda Alves de Lima (SANASA)
13	Roberto Mario Polga (Consórcio Piraí)	45	Natália de Freitas Colesanti Perlette (SANASA)
14	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra)	46	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (SANASA)
15	Miguel Madalena Milinski (DAAE - Rio Claro)	47	Gladis Meiry Matteo (SANASA)
16	Erika Daiane Martins Fossalusa (DAAE - Rio Claro)	48	Myrian Nolandí Costa (SANASA)
17	Rui Barbosa de Paula Lopes (DAAE - Rio Claro)	49	Renato Natalio Cardoso (SEMAE)
18	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE Jundiá)	50	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB)
19	Luiz Sertório Teixeira (Fundação Florestal)	51	Nilton Piccin (Sindicato Rural de Limeira)
20	Leandro Henrique Ferreira Leme (GAEMA Cabeceiras)	52	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro)
21	Alexandra Faccioli Martins (GAEMA PCJ)	53	Henrique Bracale (TNC)
22	Ivan Carneiro Castanheiro (GAEMA PCJ)	54	Rebeca Silva (Agência PCJ)
23	Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA PCJ)	55	Marcos Cazzonato (Agência PCJ)
24	Francisco Antonio Moschini (INEVAT)	56	Tiago Georgette (Agência PCJ)
25	Claudia Grabher (INEVAT)	57	Bruna Juliani (Agência PCJ)
26	Simone Fraga Tenório Pereira Linares (IPÊ)	58	Fabio Coca (Agência PCJ)
27	Paulo Roberto Ferro (IPÊ)	59	Ivan Gerdzijauskas (Agência PCJ)
28	João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA)	60	Felipe Requena (Agência PCJ)
29	Simone Raymundo Oliveira (IZ/APTA)	61	Marina Barbosa (Agência PCJ)
30	Luiza Ishikawa Ferreira (Jaguatibaia)	62	Leonardo Baumgratz (Agência PCJ)
31	Marcelo Eric de Almeida Santos (P.M. de Charqueada)	63	Gilda Carneiro Ferreira (UNESP)
32	Vanessa de Souza Moreno (P.M. de Cordeirópolis)	64	Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires (P.M. de Jundiá)